



O Primado da Eficiência: empreendedorismo e *governofobia* nas páginas da *Folha de S. Paulo*¹

Julia Salgado²

UFRJ

Resumo: Neste artigo analiso editoriais, colunas e textos opinativos da *Folha de S. Paulo* que tratam da relação Estado x empresariado. Nomeando a eficiência como marco definidor de qualquer atuação no mercado e na economia, os discursos convergem para a eleição do empreendedor como herói do capitalismo contemporâneo, sujeito mais apto a gerenciar a economia e trazer desenvolvimento social. A importante participação do Estado para o progresso do país é ignorada pela maioria das falas, que clama por um governo diminuto, com baixa tributação e pouca regulamentação.

Palavras-chave: empreendedor; discurso; Estado; *Folha de S. Paulo*; neoliberalismo.

O desabafo de um empresário
"Quer me chamar de coxinha, paneleiro, elite branca, bebedor de Black Label (parabéns pra esse último! Sensacional!)... Ok. Acho até divertido... Mas faz um favor para o seu país antes!
Emprega alguém! Na CLT! Paga tudo direitinho!
Pega toda a sua grana e coloca na sua ideia... No seu negócio.
Pega um financiamento, com a maior taxa de juros do mundo, e arrisca seu pescoço na sua iniciativa...
Aluga um escritório ou uma loja! Compra um estoque! Corre o risco de verdade!
Se o governo tirar o incentivo para o consumo, não desanima...
Pega outro empréstimo, com a maior taxa que o mundo moderno já viu!
Paga os juros do primeiro empréstimo com outro empréstimo! E vai com fé na sua ideia!
Paga o décimo terceiro e as férias do teu funcionário! Sem vender merda nenhuma em Dezembro... Janeiro... Fevereiro... Nem no mais lindo Carnaval do mundo, quando todo mundo para de trabalhar...
Ou na Copa das Copas que te deu 12 dias úteis num mês corrente...
Paga mais para os teus fornecedores, já que os seus custos também aumentaram devido à energia, gasolina e dólar... Mas, diminui o seu preço, pra tentar ser competitivo numa economia recessiva...
Então, tenta fazer com que uma estrutura enxuta seja perene. Acaba com sua eficiência!
Vai ser difícil, já que o seu cliente está quebrado e não pode te pagar mais...
E corre o risco de quebrar de vez, perdendo todo capital que você investiu...
Fez tudo isso? Então beleza!!! Me chama do que quiser...
Você é um herói e não me interessa qual partido apoia! Tem o meu respeito!!! Não fez nada disso?
É político de carreira? Está encostado em alguma bolsa? Mama na teta do governo? É vagabundo?
E pensa que pode falar sobre patrão e empregado, classes sociais, oportunidades e exploração da cadeia produtiva... Desculpa, mas... Cala a boca!"

¹ Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho 01 – Cultura Empreendedora e Espaço Biográfico, do 5º Encontro de GTs - Comunicon, realizado nos dias 5, 6 e 7 de outubro de 2015.

² Doutoranda em Comunicação e Cultura pelo PPGCOM/UFRJ, sob a orientação do Prof. Dr. João Freire Filho. Mestre em Comunicação e Cultura pela UFRJ. Bolsista CNPq. Email: juliasalgado@gmail.com.



Recebi o texto acima por uma mensagem de WhatsApp no dia 17/03/2015, dois dias após uma grande mobilização nacional contra o atual governo, acusado de envolvimento em bilionários esquemas de corrupção. Não pretendo discutir aqui o atual contexto político nacional – não é o objetivo deste artigo e tampouco teria expertise para fazê-lo. A reprodução do “desabafo” acima, originalmente veiculado no Facebook no dia 16/03/2015³, intenciona somente ilustrar, com um exemplo atual, uma retórica que durante décadas esteve presente em muitos textos opinativos do jornal *Folha de S. Paulo* e que denominei *governofobia*. Nela, a livre iniciativa capitalista e seu grande “herói”, o empreendedor, são elevados ao status de panaceia aos problemas sociais e econômicos enfrentados por um país em desenvolvimento como o nosso. Avanços sociais e progresso econômico dependeriam, portanto, de uma sociedade que defenda a liberdade e a autonomia individuais dos poderes massacrantes do “monstro estatal”, numa visão em que as ações governamentais são marcadas pelo estigma da ineficiência.

A percepção de tal reincidência discursiva é fruto da minha pesquisa de doutorado, que objetiva compreender a elaboração discursiva feita em torno da figura do “empreendedor” pelo maior jornal brasileiro nos últimos 40 anos. Partindo de 1972 e indo até 2011, busco compreender como é edificada, no jornal, a figura do empreendedor, quais são suas características, seus alicerces morais e culturais. Ao longo do estudo pude perceber “conexões estratégicas” (Foucault, 1979) entre falas que polarizam a iniciativa privada e o Estado sob a insígnia da *eficiência*: enquanto a primeira corresponderia avidamente às demandas por alta performance produtiva e lucratividade, o Estado é taxado de burocrático, tecnicista e perdulário. Deveria, portanto, ter sua atuação diminuída ao máximo para o bem da nação, num discurso que, ao priorizar a eficácia e o rendimento como objetivos máximos de qualquer atuação, joga para escanteio considerações de ordem social ou humanista.

³ O *post* com essa mensagem recebeu, em quinze dias, 905 “curtidas”, 622 compartilhamentos e 157 comentários, em sua maioria favoráveis à opinião do autor. Disponível em: <https://pt-br.facebook.com/rubens.cheron/posts/858142657578580>. Acesso em: 31/03/2015.



Neste artigo analiso textos opinativos (colunas, cartas e editoriais) da *Folha de S. Paulo* que tratam da tensão entre primeiro e segundo setores da economia. Enquanto alguns pleiteiam uma posição de destaque ao empreendedor na sociedade brasileira, que supostamente lhe estigmatiza e sobrecarrega de entraves fiscais e burocráticos; outros atacam abertamente o Estado pela ineficiência administrativa e falta de estímulo dado à iniciativa privada. Os poucos textos que defendem um Estado forte e atuante o fazem sob as lógicas mercadológicas da utilidade e produtividade. No somatório dos discursos, percebe-se a construção de uma clara oposição entre o Estado (lento e incompetente) e os empreendedores (dinâmicos e eficientes) – contraposição que oculta as diversas relações mantidas entre o Estado e o empresariado na história nacional, assim como a atuação do governo como importante empreendedor e parceiro da iniciativa privada.

Presença ubíqua em discursos relacionados a economia e mercado de trabalho, a cobrança da eficiência na atuação de indivíduos e governos reflete a disseminação de uma ideologia que confronta o pragmatismo e a eficácia com considerações éticas e humanistas, dando prioridade aos primeiros. Essa “evidência dolorosa” é apresentada por Gaulejac (2007) em “Gestão como doença social”, livro em que o sociólogo francês defende a tese de que a gestão seria uma nova ideologia capaz de legitimar abordagens instrumentais, utilitaristas e contábeis das relações entre o homem e a sociedade, tendo o gerenciamento como uma tecnologia de poder que intenta obter a adesão dos trabalhadores às exigências da empresa. Nesse processo, que extrapola o ambiente empresarial e atinge todos os registros da vida, os governos também seriam contaminados pelos imperativos da gestão eficiente, ocorrendo o “primado do econômico sobre o político” (Gaulejac, 2007, p. 266).

Nos exemplos a seguir é possível perceber uma dupla reivindicação. Por um lado, o pleito por liberdade e estímulos para o empreendedor, mais digno representante de uma atuação embasada pela incessante busca da eficiência e, portanto, agente econômico mais apto na alocação e no gerenciamento de recursos (inclusive os públicos). Por outro, uma revisão essencial do papel do Estado, que precisa ser minimizado ao máximo, permanecendo apenas em áreas essenciais onde sua atuação deve, a exemplo da iniciativa



privada, ser pautada em padrões de racionalidade e eficiência – pouco ou nada se falando sobre as considerações éticas e humanistas de seu papel, já que “é a eficácia da intervenção que importa e não a compreensão profunda da realidade estudada” (Gautié, 1998, p. 67).

Já em meados da década de 1970 temos um exemplo que ilustra essa dupla reivindicação no editorial “O caminho da livre empresa” (*Opinião*, 20/05/1976):

A livre empresa é considerada, por largos setores das sociedades modernas, como o único sistema compatível com o pleno desenvolvimento, a distribuição equânime da riqueza e o caminho para o bem-estar social. (...) À opção da livre empresa contrapõe-se a alternativa do capitalismo do Estado, com o cabedal de ineficiência, crueldade e obscurantismo que está contido na filosofia que o criou.

Apesar do forte posicionamento pró-iniciativa privada, o texto relativiza, mais à frente, uma suposta resistência à estatização, disseminada na época, alegando ser preciso não esquecer que “foi necessário ao Estado ingressar nas áreas da siderurgia, do petróleo e dos minérios (para citar apenas três campos em que sua participação foi marcante) para permitir ao nosso País atingir as dimensões que ora ostenta”. As áreas citadas compunham a então incipiente indústria nacional de base, setor da economia que demandava altos investimentos financeiros e, em contrapartida, trazia retornos somente a longo prazo, afugentando assim os interesses privados. Para dar cabo ao processo de industrialização brasileiro, o Estado teve, portanto, que adotar um papel “produtor”, fundando e operando empresas como CSN, Petrobrás e Vale do Rio Doce.

Através de uma política de “inspiração keynesiana”⁴, o governo brasileiro se torna, a partir da década de 1950, um agente indispensável no controle da economia, usando o poder da máquina pública para promover grandes obras de infraestrutura e aumentar a produção das estatais, algo que estimularia o setor privado através de uma “demanda derivada” (Gremaud *et al.*, 2007). Como veremos mais à frente com a análise do livro “O

4 O keynesianismo foi uma teoria econômica fundada pelo inglês John Maynard Keynes que se contrapunha à concepção liberal de autorregulação do mercado. Ele apoiava a intervenção do Estado na economia com o objetivo de chegar a um sistema de pleno emprego, no qual a elevada demanda formaria o mercado consumidor para a produção industrial. Dentro desta concepção, também conhecida como “Estado de bem-estar social”, o Estado seria responsável pelo provimento de condições básicas de vida aos cidadãos, como educação, saúde e seguro desemprego.



Estado Empreendedor” (Mazzucato, 2014), foi preciso que o Estado brasileiro agisse como empreendedor em áreas que, mesmo sendo essenciais à economia nacional, eram pouco atrativas à iniciativa privada num primeiro momento. Após um período de altos investimentos e baixo retorno nessas indústrias de base (muito em função do subsídio de preços ao mercado interno), a passagem da economia brasileira das mãos do Estado para a dos empreendedores deveria acontecer, segundo praticamente todos os textos analisados. Ela seria gradual, mas inevitável, “num processo evolutivo, natural, normal e óbvio” de privatizações.

Diversos editoriais e colunas das décadas de 1970, 1980 e mesmo 1990 debatem as privatizações de estatais brasileiras. Enquanto alguns poucos adotam um discurso conciliador, admitindo o relevante papel desempenhado pelo Estado atuante, a grande maioria defende uma participação mínima do primeiro setor, que deve se restringir à regulamentação e fornecimento de serviços básicos em áreas como educação, saúde, saneamento e infraestrutura⁵. Em oposição à abordagem keynesiana, segundo a qual o Estado deve equilibrar as falhas do mercado através de uma atuação forte, os discursos em prol das privatizações creditam somente à iniciativa privada a capacidade de aplicar uma gestão eficiente nas empresas nacionais que as levasse a maiores índices de lucro e produtividade. Segundo eles, o desenvolvimento econômico depende da ação ao mesmo tempo criativa e destruidora dos empreendedores capitalistas. *Schumpeter⁶, portanto, e não Keynes...*

Assim, é como óbvia que aparece a consideração do empresário como “elemento dinâmico de todo processo de desenvolvimento”, homem cuja ação é constantemente ameaçada por uma “ordem político-econômica tão protecionista que castra o [seu] espírito empreendedor”. Esta é a tese do empresário Jorge Simeira Jacob, na coluna “Uma espécie

5 Curioso como hoje, algumas décadas depois, mesmo as “áreas onde sua atuação [do Estado] não pode ser substituída” (“A ‘argetinização’ do Brasil”, *Economia*, 30/08/1987) estão sendo aos poucos privatizadas, como atesta o progressivo avançar do mercado na área da educação em países como Inglaterra (Ball, 2004). E também no Brasil, onde vemos, em paralelo ao movimento de enfraquecimento das universidades públicas, programas de crédito universitário que estimulam estudantes a buscarem educação superior em instituições privadas.

⁶ A teoria schumpeteriana atribui o desenvolvimento econômico à ação do empreendedor, indivíduo supostamente dotado de “destruição criativa”, capacidade que levaria a novas descobertas e inovações.



em extinção” (*Opinião*, 11/06/1983). Remontando ao “regime de liberdade da nação americana, neste século” como berço criador de tal “elemento dinâmico”, ele diz que “A liberdade de pensar, de agir, de empreender, desta fase, permitiu o surgimento de um número infindável de titãs (...) que, em grande parte, fizeram a grandeza dos Estados Unidos, sem as injustiças do capitalismo selvagem que a antecedeu”. De acordo com o texto, o fervor resultante do ambiente liberal perderia força com o planejamento e controle da economia por parte do Estado⁷, culminando no atual cenário de crise em que tais “gigantes” corriam o risco de extinção.

Onde, então, a saída? Uma proposta de saída para a crise passa necessariamente pela superação dos obstáculos já mencionados: a má performance da administração pública; e o nível cultural. São estes fatores que impedem a existência de um elemento que seria a solução dos nossos males: a eficiência. (...) Se a eficiência prevalecesse como prioritária na ordem de valores da cultura brasileira, a administração pública, como resultado, obteria uma melhor performance. (...) A sociedade brasileira em sua maioria espera por dias melhores e acredita que depende do empresário a transformação de seus sonhos numa realidade prática. Isso depende de que façamos uma opção clara em favor de uma democracia política e de uma organização liberal da economia, evitando assim a extinção dos homens com espírito empreendedor.

A comparação entre a cultura brasileira e culturas estrangeiras – notadamente a norte-americana – reincide diversas vezes na *Folha de S. Paulo*, refletindo uma tendência dos estudos sociais nacionais que, na primeira metade do século XX, buscavam na “comparação implícita ou explícita com os Estados Unidos” compreender “as causas do atraso brasileiro” (Souza, 1999). Espelhando a naturalização das “oposições absolutas entre atrasado e moderno como um dado óbvio e indiscutível” (idem, p. 46) encontrada em muitos estudos acadêmicos, os textos jornalísticos e de opinião em coro elegem a sociedade estadunidense como referência positiva no quesito “desenvolvimento socioeconômico”. Enquanto lá “a capacidade empreendedora e a criatividade puderam ter livre curso, no Brasil têm sido obstadas de todos os modos”⁸. Nosso subdesenvolvimento, na opinião do economista Benedicto Moreira, no texto “Democracia e desenvolvimento

⁷ Ironicamente, o período de planejamento e controle da economia por parte do governo (através das políticas keynesianas de fortalecimento da presença do Estado) ficaria conhecido como a “Idade de Ouro” do capitalismo” (Gremaud *et al.*, 2007, p. 511).

⁸ “Empresários de ontem e de hoje” – *Opinião*, 03/11/1999.



econômico 2” (*Opinião*, 03/05/1987), estaria ligado à nossa herança lusitana, inibidora da livre iniciativa privada:

A formação brasileira, imposta por Portugal, foi de cima para baixo, isto é, a presença portuguesa no Brasil foi de concessionária aos amigos do rei. A visão cultural e de preparação do homem, ao contrário do que ocorreu nos Estados Unidos, foi bitolada e castradora por imposição restritiva da Igreja, que sempre dominou a cultura e a política portuguesas desde o século 8. (...) Portugal, em que pese suas qualidades, não deixou no Brasil um espírito moderno, progressista e empreendedor. Ao contrário, amarrou-nos às decisões de um poder central, que ainda hoje prevalece, atou-nos ao obscurantismo do descaso à pesquisa e à ciência, e, legou-nos um espírito e uma educação genérica, acadêmica, literária e sem bases.

A despeito de tal “legado maldito”, seria possível reverter a situação e criar um ambiente imperado pela eficiência e pela liberdade. Para isso, o indivíduo deveria exercer sua supremacia sobre o Estado, já que o primeiro é o criador do segundo. Esta é a tese do advogado e pecuarista Flávio Teles de Menezes, que no texto “O Estado e o indivíduo” (*Economia*, 17/12/1989) defende que o desenvolvimento econômico dependeria de duas condições fundamentais: a liberdade de iniciativa e a economia de mercado.

O progresso depende, pois, do indivíduo. De sua capacidade de inovação. De sua capacidade empreendedora. O que chamamos de empresário, na economia, é o legítimo empreendedor. Equivale ao pesquisador, no campo científico. Ao compositor, na música. Nenhuma nação sobrevive sem ele. Não pode, nem deve, ser subjugada pelo Estado. Ao contrário, deve ter sua capacidade criadora liberada, em benefício da própria coletividade. (...) Desregulamentar. Afastar o Estado daqueles numerosos domínios em que o interesse público melhor se atende pela alocação de recursos segundo o mercado. (...) Assegurar que os resultados obtidos nessa competição sejam apropriados segundo os méritos de cada cidadão, e não segundo privilégios e concessões do Estado. Eis o projeto de mudança que o Brasil precisa.

A requisição pela diminuição e pelo afastamento do Estado dos “numerosos domínios em que o interesse público melhor se atende pela alocação de recursos segundo o mercado” parece ignorar o evidente descompasso entre muitos dos interesses públicos e aqueles da iniciativa privada. Afinal, quantos projetos de construção e manutenção de estradas, portos, ferrovias e redes de saneamento – todos atendendo ao interesse público – estão disponíveis à iniciativa privada, mas não saem do papel simplesmente porque não há, no jargão empresarial, “viabilidade econômica e financeira”. Em outras palavras, não atraem a atenção do mercado privado pois são projetos que, no somatório de uma contabilidade que



COMUNICON 2015

congresso internacional
comunicação e consumo

5º ENCONTRO DE GTS
1º ENCONTRO DE GTS DE GRADUAÇÃO
2º ENCONTRO BINACIONAL

PPGCOM ESPM // SÃO PAULO // COMUNICON 2015 (5 a 7 de outubro 2015)

em geral ignora aspectos sociais, não dão lucro. Como veremos mais à frente, o caráter heroico e altruísta do empreendedor capitalista como aquele que pode salvar o mundo do flagelo do desemprego se constrói muitas vezes num discurso que silencia o objetivo irrevogável desses indivíduos: o lucro.

Agora, se a vocação empreendedora do povo norte-americano é palpável – afirma Guilherme Afif Domingos, então candidato a deputado federal no texto “O sonho do brasileiro” (*Opinião Econômica*, 09/10/1986) – muito se deve “ao ambiente existente para que as pessoas se decidam a empreender”, formado por estímulos tanto do governo quanto da sociedade. No Brasil, por outro lado, o sonho empreendedor

(...) está ameaçado por um triangulo de ferro que faz com que o Estado cresça cada vez mais, em tamanho e em ineficiência, estreitando o espaço para a livre iniciativa. Por isso, é necessário que todos aqueles que têm o sonho de montar seu negócio ou todos aqueles que não querem se subordinar a um patrão único, o Estado, bem como os que desejam ver preservadas as liberdades, participem da luta para conter o avanço do monstro burocrático que, sob diferentes pretextos, se apropria de parcelas cada vez maiores da renda nacional e interfere cada vez mais nos direitos dos cidadãos.

A querela contra a ineficiência governamental assume as capacidades empreendedoras como o único antídoto contra este “mal disseminado”, estratégia infalível para aniquilar o “monstro burocrático”. Assim que o editorial “A candidatura de Ulysses” (*Opinião*, 03/05/1989), ao situar o país em um “momento em que se impõe uma revisão completa da intervenção do Estado na economia e a adoção de soluções inovadoras que redirecionem o desenvolvimento do país”, aponta necessidades além daquelas que supostamente Ulysses Guimarães seria capaz de realizar: “remodelar a máquina do Estado”, “promover cortes violentos na administração pública”, “impor padrões de racionalidade e eficiência” e “levar a cabo uma política de privatização”. Tudo isso “exige um presidente ousado, empreendedor, dotados de qualidades administrativas e de uma visão estratégica de modernização, que Ulysses definitivamente não possui”.

O momento a que se refere o texto é o da década de 1980, marcada por inúmeras transformações e conturbações políticas e econômicas no Brasil. No campo político, após 21 anos de ditadura militar, a democracia é gradativamente restituída, sendo a promulgação da Constituição de 1988 e as eleições diretas de 1989 pontos alto deste processo. Se no campo



COMUNICON 2015

congresso internacional
comunicação e consumo

5º ENCONTRO DE GTS
1º ENCONTRO DE GTS DE GRADUAÇÃO
2º ENCONTRO BINACIONAL

PPGCOM ESPM // SÃO PAULO // COMUNICON 2015 (5 a 7 de outubro 2015)

político houve significativos avanços, o mesmo não pode ser dito da área econômica: o agigantamento da dívida pública; os estelares índices inflacionários (chegando a incríveis 1.782% em 1989); os falidos planos econômicos (Cruzado I e II, 1986; Bresser, 1987; Verão, 1989; Collor I, 1990); o alto desemprego e o baixo crescimento tornaram os anos 1980 conhecidos como “a década perdida” (Gremaud *et all.*, 2007). O pleito por mudanças na relação Estado/economia é empoderado, ainda, com a conjuntura internacional que, com a queda do regime comunista, impunha um modelo de mercado capitalista e globalizado.

Diante de tal cenário, seria preciso operar uma reforma radical no governo de modo que este se adequasse às atuais demandas mercadológicas. A reforma estatal reaparece algum tempo depois em outro editorial, intitulado “Reinventar” (*Opinião*, 20/06/1994). Nele, é apresentado o livro homônimo, no qual os autores propõem

(...) reinventar a instituição mais desacreditada e falida do século 20: o Estado (...). A essência do que propõem é uma extensão do liberalismo dos anos 80, mas desvinculado de qualquer compromisso com o conservadorismo tradicional. O aspecto positivo em relação ao liberalismo é a contínua valorização do espírito empreendedor como mola propulsora do progresso. O aspecto crítico frente a esse mesmo liberalismo é a valorização do governo, a insistência mesmo na necessidade do Estado. Nesse sentido, reinventar o governo – à parte os esforços de privatização, combate à corrupção e desburocratização – significa forçar o próprio Estado e os burocratas a se transformarem em agentes empreendedores.

As ideias contidas neste editorial são interessantes pois vão ao encontro da tese defendida por Mariana Mazzucato em “O Estado Empreendedor” (2014). Nele, a autora italiana trabalha no sentido de desmistificar a alastrada noção, endossada pela mídia, de que o Estado é um agente econômico lento, míope e inábil a uma atuação em benefício do mercado, sendo a iniciativa privada a única capaz de realizar inovações tecnológicas geradoras de desenvolvimento econômico. Através de exemplos de empreendimentos bem-sucedidos por parte de Estados nacionais na área de inovação (TICs; biotecnologia; nanotecnologia; energia verde), Mazzucato argumenta que, quando o Estado atua direcionando seus investimentos em inovação, ele não apenas está intervindo na economia para compensar um eventual desequilíbrio decorrente da falta de investimentos privados, como pensava Keynes (teoria da “falha de mercados”), mas está atuando de maneira a produzir transformações que futuramente influenciarão no desenvolvimento econômico. Isto é, ele atua como um destruidor criativo, um inovador, um empreendedor. Schumpeter e



Keynes se encontram e combinam na sua análise de modo inusitado, porém congruente, formando a ideia de que um Estado pode ser, ao mesmo tempo, liberal e atuante.

Obviamente, ela não supõe que todos os Estados sejam igualmente empreendedores: para isso ele deve ser dinâmico, eficiente, conexcionista e estrategista.⁹ Deve, portanto, estar inserido na lógica capitalista da eficiência e produtividade, assim como a sugestão feita no livro “Reinventar”, citado no editorial acima. A grande contribuição de “O Estado Empreendedor”, para além do esforço de desmistificar a superioridade do setor privado diante do público em termos de desenvolvimento econômico, está na questão política da “privatização dos lucros e socialização dos prejuízos”. Ela argumenta que, enquanto os altos investimentos em pesquisas básica e avançada e no desenvolvimento de tecnologias em áreas como TI, biotecnologia e nanotecnologia foram custeados com dinheiro dos contribuintes, os lucros obtidos com o uso dessas tecnologias por empresas como Apple, Google, Compaq, Novartis, Pfizer e Genentech, entre outras, permanecem privados.

Muitos dos problemas enfrentados atualmente pela administração Obama se devem ao fato de que os contribuintes americanos desconhecem que seus impostos fomentam as inovações e o crescimento econômico do país; eles não percebem que as corporações estão ganhando dinheiro com inovação que foi financiada com seus impostos. E essas corporações não estão devolvendo uma parte dos lucros para o governo e nem investido em inovação. A história que os contribuintes ouvem é que o crescimento econômico e a inovação são obtidos graças a indivíduos “geniais”, “empreendedores” do Vale do Silício, investidores ou “pequenas empresas”, desde que a legislação seja negligente (ou inexistente) e os impostos baixos. (Mazzucato, 2014, p. 178-179)

Como será possível ver mais à frente, o discurso sobre os empreendedores como seres “geniais”, “visionários” e “incansáveis” – autênticos “destruidores criativos” schumpeterianos – também povoa o imaginário da *Folha de S. Paulo*.

Um olhar analítico para a disparidade entre os investimentos público e privado no desenvolvimento econômico é encontrado pouquíssimas vezes ao longo dos quarenta anos de pesquisa na *Folha*. No texto “O capitalismo sem capital” (*Economia*,

⁹ Os maiores exemplos usados pela autora para endossar a tese da capacidade empreendedora de um Estado vêm dos EUA, da Alemanha e da China. Ela inclusive aponta para a ironia dos EUA serem reconhecidos mundialmente com epítome do Estado liberal, enquanto na verdade seria o Estado no mundo que mais atua em investimentos tecnológicos. O Brasil é mencionado através do BNDES, que segundo a autora teria um papel decisivo por canalizar grandes investimentos de longo prazo para áreas importantes como infraestrutura e biotecnologia.



13/11/1977), Rubens Mattos profere a mais dura crítica ao empresariado nacional que, segundo ele, ao mesmo tempo em que acha indevida a presença do Estado na economia, pleiteando por privatizações e liberalismos, não quer arriscar investir nessa mesma economia, entrando apenas com o seu “managerial knowledge”.

Assim, os mesmos empresários que acham indevida a presença das empresas estatais em diversos setores da economia, “inibindo” a iniciativa privada e “descaracterizando-a”, reclamam ao Estado que lhes conceda créditos privilegiados, que lhes dê apoio para que possam melhor exercer suas atividades livres. (...) Fazer capitalismo apenas com o “managerial knowledge” é sem dúvida o supra-sumo do ideal capitalista. O investimento e o risco correm por conta do Estado, garantindo um seguro de “socialização dos prejuízos” eventuais, enquanto ao “empresário empreendedor” ficam assegurados os lucros, dada a “privatização” do sistema.

Sem marcos definidos entre os direitos e os deveres de ambos os lados, Mazzucato sinaliza o risco de se criar uma relação parasitária entre Estado e empresariado à medida que o setor privado se utiliza dos benefícios gerados pelo setor público sem as contrapartidas que possibilitariam ao Estado empreender cada vez mais. Enquanto a sua análise aponta para uma desvantagem do lado governamental, que sempre acaba assumindo os prejuízos enquanto os lucros são privatizados, nos textos jornalísticos aqui examinados percebe-se um consenso sobre os infortúnios vivenciados pelos empresários brasileiros. Descritos como indivíduos extraordinários, destemidos e com capacidade de visão futura, os empreendedores seriam (surpreendentemente!) discriminados no Brasil, um país que aparentemente não lhes deveu o merecido valor. Isso se percebe em inúmeros textos que clamam pelo “fim da opressão ao empreendedor” ou pelo “reconhecimento dos direitos de empreender”.

É o caso do texto “Declaração dos Direitos de Empreender” (*Opinião*, 15/03/2006), assinado novamente por Guilherme Afif Domingos – ex-deputado federal, então empresário e atualmente ministro da Secretaria da Micro e Pequena Empresa, secretaria com *status* de ministério criada no primeiro governo Dilma¹⁰. Nele, o autor

¹⁰ A própria criação da secretaria, em 1º de abril de 2013, atesta a atual valorização do empreendedorismo na política e economia brasileiras, como já anunciava Dilma em seu discurso de posse do primeiro mandato presidencial: “Para dar longevidade ao atual ciclo de crescimento é preciso garantir a estabilidade de preços e seguir eliminando as travas que ainda inibem o dinamismo de nossa economia, facilitando a produção e estimulando a capacidade empreendedora de nosso povo, da grande empresa até os pequenos negócios locais, do agronegócio à agricultura familiar”. Disponível em:



questiona a validade de trechos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que “afirma que ‘toda pessoa tem direito ao trabalho, à proteção contra o desemprego, a uma remuneração equitativa e satisfatória e a férias periódicas pagas’”. Este documento refletiria a realidade do século XX, em que o modelo de trabalho ainda era calcado no emprego assalariado e resguardado por um Estado que “distribuía benesses à custa de enormes déficits públicos e da estagnação das empresas e da iniciativa privada”. Não haveria, ali, nenhuma menção ao direito do empreendedor, “como se a promessa do Estado de assegurar o bem-estar de todos ainda fosse uma proposta viável”. Assim, Domingos propõe a inclusão de um adendo

reconhecendo que o ato de empreender representa uma manifestação do talento dos indivíduos, que requer liberdade e ambiente propício para florescer. É a atuação dinâmica e criativa do empreendedor que moderniza a estrutura produtiva, aumenta a produtividade e dissemina a prosperidade, gerando riquezas, empregos e bem-estar social. Para garantir os direitos dos trabalhadores é necessário garantir os direitos de quem empreende. Respeitar a liberdade de empreender e garantir os direitos do empreendedor é assegurar aos indivíduos a plena realização de sua capacidade e vocação, é estimular o ‘espírito empresarial’ latente nas pessoas e transformá-lo na força motriz do desenvolvimento das nações. (...) Devemos fazer do empreendedorismo a grande bandeira do século 21.

A associação entre desenvolvimento socioeconômico, empreendedorismo e novo milênio já podia ser encontrada no jornal 17 anos antes. Na coluna “Rumo ao século 21” (*Opinião*, 21/05/1989), assinada por Ozires Silva, então presidente da Petrobras, o executivo reivindica uma “fórmula para o progresso” através da qual cada cidadão possa “atingir seu objetivo fundamental: subir na vida”. Para isso, bastaria que a

liberdade individual e sindical se estenda a liberdade econômica e empresarial; que o indivíduo não seja oprimido por desejar produzir, crescer e gerar empregos. Que o empreendedor receba o mesmo respeito que o empregado, e que ambos sejam sempre estimulados a crescer e subir na vida. (...) Que a riqueza, gerada pelo esforço e o trabalho, não seja estigmatizada e sim considerada como um parâmetro, a meta que deveria ser atingida por todos os cidadãos neste país.

A semelhança desta fala com aquela que abre este artigo – a de um empresário lutando para fazer seu negócio prosperar e gerar empregos, às custas de esforço, assunção de riscos e superação de obstáculos – salta aos olhos. No somatório dos discursos,



percebe-se ser construída a imagem do empreendedor contemporâneo como o verdadeiro herói nacional: aquele que faz a economia rodar, que traz prosperidade para os que emprega, que, como bom brasileiro, não desiste nunca. A superioridade e o “dom social” imputados aos empreendedores são magistralmente relatados na coluna “Empreendedorismo de alto impacto” (*Mercado*, 19/10/2010), de Nizan Guanaes.

O mundo precisa gerar centenas de milhões de empregos, uma demanda que não pode ser atendida sem o empreendedor de alto impacto. Gente que começa numa garagem e em dez anos constrói um bicho do tamanho da Apple. Esse espírito fundou nações e sustenta o desenvolvimento.

Dois amigos italianos saíram de uma pequena cidade da Itália: um deles veio para o Brasil e fundou o império Matarazzo; o outro foi para os EUA e criou o Bank of America. A cidade de Aleppo, na Síria, nos deu os Safra e os Slim. Esses homens não tiveram vantagens, passaram o diabo, essa cidade não tem pó de pirlimpimpim na água. O que eles têm é visão, capacidade de trabalho, capacidade de relacionamento e uma chama interior chamada entusiasmo. (...) Admiro demais esses homens, a quem o dinheiro não amoleceu. Porque são mais do que empresários – são empreendedores. (...)

Existe um ditado que diz: ‘Um homem sensato se adapta ao mundo, convive com a realidade, e o homem insensato se rebela contra os fatos’. É por isso que o avanço da humanidade se deve aos homens insensatos. Ao sujeito que, sentindo frio, inventou o fogo. Ao sujeito que, se sentindo só, inventou o tambor. Ao sujeito que, para colocar processo na construção de linha de trem, inventou a administração. Esse homem insensato é o empreendedor, e é desse espírito que, em tempos de descrença e de crise, o mundo mais precisa. O empreendedorismo de um sujeito que venceu na vida trabalhando duro de manhã, à tarde e à noite, porque teve visão, inovação, dedicação. Criou tudo isso para gerar riqueza e desenvolvimento, não para ter um palácio. Não precisa viver com culpa, como um monge, mas não precisa ofender o mundo como fausto. Ele tem de ser uma luz, uma inspiração e um exemplo. (...)

A primeira recorrência é a retórica da superação, capacidade que faz com que homens como Matarazzo, Safra e Slim determinem um rumo ascendente em suas vidas. Sem falar em Steve Jobs, um dos exemplos mais acionados pelos textos que falam sobre os empreendedores como visionários que começam de baixo: ele, da garagem da casa dos pais acabou fundando uma das maiores empresas de tecnologia do mundo, empregando milhares de pessoas. Seu perfil de empreendedor ambicioso, sagaz e mesmo revolucionário silencia, no entanto, a evidência de que enquanto sua empresa era acusada,



em 2010, de exploração infantil em fábricas chinesas¹¹, sua fortuna pessoal nesse mesmo ano era avaliada em 5,5 bilhões de dólares¹².

A crescente concentração de renda vivenciada pelas sociedades contemporâneas (Piketty, 2014) é assim eclipsada por massivos discursos que envolvem o empreendedor de ares altruístas, elevando qualquer atividade empreendedora ao status de “ação social” já que gera empregos, sejam dignos e bem remunerados, ou não. Os contrastes abissais entre salários de empregados e lucros empresariais são ora silenciados, ora justificados em termos de justo mérito pelo risco corrido no âmbito de uma moralidade condizente com a livre concorrência entre os indivíduos (Ehrenberg, 2010).

As constantes menções à disposição ao trabalho, à obstinação que “o dinheiro não amoleceu”, e mesmo o endeusamento daqueles apontados como tendo de ser “uma luz, uma inspiração, um exemplo”, operam uma espécie de sublimação da subjetividade empreendedora, que passa a ser ofertada em receitas modalizadoras que ignoram o descompasso entre o *poder* e o *dever ser*. Como explica Prado (2013, p. 30),

Modalizar significa motivar o destinatário da comunicação a ser alguém ou a fazer algo a partir de um querer, fornecendo a ele um saber e indicando o dever fazer. É claro que, para que a modalização se torne realidade, o destinatário tem de *poder* fazer aquilo.

Apresentando o empreendedorismo como panaceia aos problemas econômicos e sociais, “motor do desenvolvimento”, uma “nova filantropia” e a “reengenharia de um mundo novo”, os discursos em geral operam uma dupla omissão. Primeiramente, escamoteiam a importante participação do Estado nacional para o desenvolvimento econômico e social do nosso país. A despeito de todo histórico de corrupção e incompetência administrativa – que tem longa data no Brasil e infelizmente não apresenta horizontes de melhora –, é preciso admitir que sem o papel ativo do Estado como produtor, comprador, financiador e parceiro comercial, a iniciativa privada brasileira teria

¹¹ Disponível em: <http://info.abril.com.br/noticias/mercado/apple-e-acusada-de-explorar-trabalho-infanti-02032010-39.shl>. Acesso em: 02/04/2015.

¹² Disponível em: http://www.forbes.com/lists/2010/10/billionaires-2010-The-Worlds-Billionaires-Rank_6.html. Acesso em: 02/04/2015.



muitas dificuldades em sobreviver no competitivo mercado internacional sem ser absorvida por empresas estrangeiras.

Finalmente, desconsideram as condições necessárias para que um indivíduo possa se tornar empreendedor e chegar ao ponto de assumir riscos e gerar empregos – especialmente no Brasil, que, mais do que “pó de pirlimpimpim”, carece de fatores básicos, como educação e saúde. Nos discursos, no entanto, o importante na trajetória de um empreendedor não parece ser o contexto em que está inserido: suas condições socioeconômicas, suas bases culturais, nem tampouco sua abundante ou escassa sorte. Vital seria a sua força interna, sua irresoluta perseverança, seu resiliente âmago. Características que fazem dele um ser extraordinário não apenas no campo econômico, mas em todas as áreas da vida, como profetizam os discursos.

Referências

- BALL, Stephen. **Performatividade, privatização e o pós-estado do bem-estar**. Educação e Sociedade, Campinas, vol. 25, n. 89, p. 1105-1126, Set/Dez, 2004.
- EHRENBERG, Alain. **O culto da performance**. São Paulo: Editora Ideias&Letras, 2010.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- GAULEJAC, Vincent de. **Gestão como doença social**. São Paulo: Ideias&Letras, 2007.
- GAUTIÉ, Jérôme. **Da invenção do desemprego à sua desconstrução**. Revista MANA - Estudos de Antropologia Social, v.4, n.2, Out. 1998.
- GREMAUD, Amaury et al. **Economia brasileira contemporânea**. São Paulo: Atlas, 2007.
- MAZZUCATO, Mariana. **O estado empreendedor**. São Paulo: Portfolio Penguin, 2014.
- PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.
- PRADO, José Luiz Aidar. **Convocações biopolíticas dos dispositivos comunicacionais**. São Paulo: EDUC: Fapesp, 2013.
- SOUZA, Jessé. **O Malandro e o Protestante**. Brasília: Editora UnB, 1999.